

## Assimetrias em uma “guerra que chega aos céus”:

### Drones, helicópteros e estratégias de (contra)vigilância em favelas cariocas<sup>1</sup>

Apoena Dias Mano – USP/SP<sup>2</sup>

Palloma Valle Menezes – UFF/RJ

#### Resumo:

Nas favelas cariocas, uma análise interpretativa do mais recente “fracasso” na área de segurança pública possibilita compreendermos efeitos e continuidades das experiências e sociabilidades regidas pelas Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs). Neste trabalho, apresentamos e discutimos estratégias de (contra)vigilância a partir da iniciativa “Alerta Santa Marta”, um conjunto de grupos de Whatsapp criado por uma liderança local para o desenvolvimento da comunicação comunitária entre os moradores da favela Santa Marta. Neste quadro de assimetrias, é oportuno observar as diferentes formas de monitoramento que se compõem em paralelo à utilização de drones e novas tecnologias como parte do conflito urbano regido pela militarização.

**Palavras-chave:** violência urbana; vigilância; organização comunitária

## 1. Introdução

Uma reportagem veiculada pelo jornal O Globo em junho de 2018 menciona que, devido à popularização do uso de drones aéreos, “a guerra do Rio chegou aos céus”<sup>3</sup>. Com o título “Tecnologia vira arma na mão de traficantes”, a notícia informa que equipamentos voadores com câmeras via controle remoto vinham, cada vez mais, sendo “usados por bandidos para monitorar os passos da polícia e de facções rivais”.

A reportagem está inserida em um contexto urbano onde discursos e representações relacionadas à uma “guerra” em curso são retomadas à medida em que ocorre o desmonte do programa das Unidades de Polícia Pacificadora e a re-intensificação de disputas territoriais na cidade do Rio de Janeiro. O uso de drones e câmeras de vigilância pode ser destacado entre novas estratégias relacionadas ao conflito urbano produzido entre monitoramentos, negociações e confrontos – ordenamento conceituado por uma de nós como regime de “campo minado” (MENEZES, 2018). Contudo, também foi notado que esta lógica de um “panoptismo de simetria generalizada” é concretamente marcada por fortes assimetrias envolvendo configurações muito distintas: entre policiais,

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado na 32ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro de 2020

<sup>2</sup> O autor agradece à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) pelo apoio financeiro para a realização desta pesquisa (Processo no 2020/00670-0).

<sup>3</sup> Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/tecnologia-vira-arma-na-mao-de-trafficantes-22817157>

traficantes ou mesmo os moradores posicionados entre os confrontos, não podemos ignorar que esses atores possuem recursos (e força) desiguais a depender a situação em jogo (ibid.). Quais seriam as consequências da instituição de uma “guerra que chega aos céus” para os habitantes posicionados sob a violência armada destes confrontos?

Militarização das vidas é aqui entendido como um processo de justificativa moral-ideológica onde a doutrina securitária passa a ser a principal organizadora da vida social pela “extensão das ideias militarizes de rastreamento, identificação e seleção aos espaços e meios de circulação da vida cotidiana” (GRAHAM, 2016, p. 24). Observar o histórico de militarização da cidade (e de seu espaço aéreo) pode comprovar equívocos na declaração do jornal - principalmente quando lembramos de marcantes acontecimentos envolvendo helicópteros incendiados no histórico da violência urbana carioca<sup>4</sup>. Entretanto, não é exagero afirmar que avanços tecnológicos recentes possibilitaram reconfigurações em sociabilidades e interações sob regimes da violência urbana. Compreendemos que análises heurísticas do “fracasso” na área de segurança pública possibilitam compreender efeitos no que foi produzido e no que permanece da experiência regida pela “pacificação” (ROCHA, 2018).

Neste trabalho, apresentamos análises de pesquisas etnográficas sobre formas de governo e violência policial em regiões que interpretamos como “margens do estado” – orientados pelas concepções apresentadas por Veena Das e Deborah Poole (2004)<sup>5</sup>. Aproximamos estas perspectivas à oportunidade de observar etnograficamente as interações e moralidades que formatam as “lutas por direitos” em reações às necessidades de manutenção da vida ordinária e a continuidade das rotinas entre formas de violência (EILBAUM; CHAGAS; MEDEIROS, 2019). Concentramos nossas atenções à iniciativa “Alerta Santa Marta” – um conjunto de 4 grupos de Whatsapp interconectados que reúne cerca de 700 moradores por meio de mensagens instantâneas em seus celulares. Argumentamos que é relevante observar um quadro de consequências determinadas em

---

<sup>4</sup> Por exemplo, em outubro de 2009, um helicóptero da Polícia Militar fora atingido por armamentos anti-aéreos em uma favela da Zona Norte<sup>4</sup>. Impressionantes cenas do helicóptero incendiado em queda provocaram reações em diversos campos em escalas nacionais e internacionais (ADEY, 2010).

<sup>5</sup> As “margens no Estado” não seriam demarcadas somente a partir de aspectos geográficos, como se poderia assumir em uma leitura apressada, mas a partir de ideias de fronteiras repercutidas globalmente sobre locais – geralmente à periferia do capitalismo - onde Estados são “falhos”, “fracos” ou “parciais”. Em intensidades simultâneas e não necessariamente iguais, as autoras delinearam três eixos para a interpretação deste posicionamento de determinadas populações: 1) periferias habitadas por sujeitos tidos como insuficientemente socializados de acordo com as leis e a ordem vigentes; 2) lugares onde documentos, práticas e palavras do Estado são objetos de inteligibilidades determinadas por assimetrias e violações de direitos; 3) um espaço localizado entre corpos, leis e disciplina (DAS; POOLE, 2004, p. 8)

formas de monitoramentos e (contra)vigilâncias que se compõem entre drones e celulares: 1) confinamento territorial via expansão ao espaço aéreo de tecnologias militarizadas de vigilância; 2) criminalização de dispositivos de comunicação comunitária e contravigilância relacionadas as possibilidades de circulação cotidiana e a gestão dos riscos.

Após a introdução, este trabalho se estrutura da seguinte forma: na próxima seção, apresentamos a reconstrução etnográfica de uma cena onde o fluxo de mensagens e informações que circulam entre os celulares dos moradores de uma favela da Zona Sul do Rio de Janeiro é determinante sobre diferentes cursos de ação a serem assumidos enquanto ocorre uma operação policial; em seguida, apresentamos circunstâncias que permitem a criação do “Alerta Santa Marta” e debatemos os usos possíveis desta ferramenta comunitária; depois, posicionamos o monitoramento comunitário da violência no contexto de militarização na cidade carioca. Nas considerações finais, demonstramos de que maneira o Alerta Santa Marta pode se relacionar com sociabilidades, conflitos e ordenamentos urbanos em escalas mais amplas.

## **2. “Acordei com um drone na minha janela”**

Durante as primeiras horas da manhã, é possível notar uma rotina de intensa circulação de pessoas transitando pelas esquinas, becos e vielas da favela Santa Marta. Em caminhadas apressadas, iniciando suas jornadas diárias em torno das 7:00am, um grande contingente de moradores circula pelas duas principais vias de acesso da favela, preocupados com o trânsito e o deslocamento para chegar a tempo nos pontos de ônibus, metrô ou vans e cumprir horários estipulados em compromissos por diferentes partes da cidade. Aproveitando a compatibilidade de horários, muitos saem juntamente com crianças que acompanham este mesmo ritmo devidamente disciplinado por seus compromissos em suas escolas.

Em uma manhã de janeiro de 2019, as apressadas rotinas foram intensificadas por uma acelerada troca de mensagens no grupo “Alerta Santa Marta”. Às 7:10am, um moderador abriu o canal para discussões postando a seguinte mensagem: *“Bom dia... Moradores relatando que ouviram tiros e estão apreensivos pra descer pro trabalho. Tá acontecendo algo?”*. Esta mensagem dá início a um encadeamento instantâneo de outras mensagens que, a partir de relatos de outras pessoas em diferentes localizações, progressivamente são acumuladas informações para produzir uma descrição multissituada dos acontecimentos e movimentações em curso na favela. A continuidade

de relatos informava sobre as estratégias de uma operação da Polícia Militar na favela. Naquele momento, havia nas entradas da favela diversas viaturas policiais e agentes da segurança pública enfileirados e com suas armas em punho, aguardando ordens. Ao mesmo tempo, os olheiros de organizações do tráfico local já acompanhavam a movimentação e, a partir de mensagens ou “radinhos”, informavam seus pares sobre a urgência de “ficar na atividade” e aguardar novas informações.

Por sua vez, outros moradores são mobilizados pela súbita necessidade de estar em confinamentos forçados para proteção e gestão dos riscos tanto de si quanto de seus familiares, vizinhos e conhecidos. Mensagens trocadas no grupo tratavam de descrever o aparato militarizado em formas de vigilância que precediam a operação que se iniciava:

[JAN/19 - 7:13]: “acordei com um drone na minha janela”

[JAN/19 - 7:13]: “tem pms aqui na UPP que não funciona mais... Estão com drone filmando. Um drone preto”

[JAN/19 - 7:14]: “o caveirão já está aqui no ponto de ônibus da [rua] voluntários”.

Desde meados de 2018, o Batalhão de Operações Policiais Especiais da PMERJ dispõe da utilização de dispositivos aéreos equipados com câmeras, cujo controle remoto oferece a capacidade de monitoramento, vigilância e uma forma de presença sobre o território da favela. Assim como o *caveirão* – nome popular referente aos veículos blindados utilizados para proteção bélica dos Policiais Militares - os drones militarizados são percebidos como prenúncio de uma interrupção das suas rotinas cotidianas pela ameaça de um confronto armado. Como menciona um morador, a utilização policial destes dispositivos de vigilância é um componente adicional de insatisfação: “*já basta os helicópteros, agora o mosquitinho voador agora vai ficar olhando para nossa casa? (...) A vontade é destruir um bicho desse*”.

Acompanhando o contínuo fluxo de relatos a partir de suas localizações, os participantes do grupo iniciam uma sequência heterogênea de ações: recalculam a rotina de deslocamentos com base no mapeamento disponível; ajustam suas estratégias para se proteger de eventuais tiroteios; registrar situações para produzir denúncias; e coletivamente discutir sobre outras possibilidades de agência. Após poucos instantes após o início da operação, os relatos passam a informar sobre ilegalismos praticados pelos policiais que estavam iniciando a incursão na favela:

[JAN/19 - 7:20]: “eu acabei de passar por algo horrível, eu estava indo na padaria comprar pão e quando cheguei no seu Zé eles botaram o fuzil na minha cara”,

[JAN/19 - 7:20]: “estão na frente da associação [de moradores] parando quem desce ou sobe... desci pra trabalhar, eles mandaram subir não deixaram descer”

[JAN/19 - 7:20]: “estão aqui no cantão quebrando garrafa de cerveja no chão”.

Múltiplas temáticas vão permeando o grupo simultaneamente aos relatos. Moradores compartilham insatisfações relacionadas aos prejuízos pela interrupção de suas rotinas. São mencionados problemas como atrasos para o trabalho, entrevistas de emprego canceladas e agendamentos médicos perdidos, entre outros compromissos que não serão cumpridos. Crianças são impossibilitadas de frequentar suas aulas e têm seus processos de aprendizagem prejudicados. Há diversos relatos de mães irritadas pela exposição de suas crianças ao risco, ao medo e a experiências traumáticas da violência urbana. Efeitos que se acentuam pelos acompanhamentos e registros que comprovam comportamentos criminosos por parte dos agentes do Estado:

[JAN/19 - 7:33]: “acabaram de vir aqui na minha casa. Gritaram comigo. Eu estava com minhas duas filhas no banheiro.

[JAN/19 - 7:33]: “absurdo! eu acabei de acordar com a polícia dentro da minha casa, entrou falando que tinha alguém pulando a laje aff”

[JAN/19 - 7:34]: “Tem um menino sendo espancado ali perto da casa da minha avó. Tem uns cinco policiais rodeando ele e batendo bastante”.

Engajados pela possibilidade de conscientização dos moradores sobre seus direitos civis, diversas lideranças da favela passam compartilhar no grupo informativos sobre atitudes e comportamentos que são judicialmente desautorizados a policiais militares – como abusos verbais ou agressões físicas. Em seguida, o moderador aconselha aos moradores que tiveram casas arrombadas ou celulares violados que registrem o que for possível, porque um contato da Rede Globo está em deslocamento até a favela para veicular no noticiário da manhã uma reportagem denunciando “todos os esculachos que nosso povo vem passando”. Também são compartilhados contatos de representantes da Ouvidoria da Defensoria Pública/RJ e da iniciativa Defezap<sup>6</sup>.

Por fim, as pessoas tentam permanecer seguras esperando pelo fim da operação que, a depender do dia, poderia continuar por mais 10 minutos ou por mais algumas horas. Finalizando esta sequência de mensagens, que contempla breves instantes do início de uma manhã, destacamos uma afirmação consentida de maneira expressiva pelos diversos participantes do grupo:

[JAN/19 - 7:45]: “meu Deus que situação constrangedora a gente acaba passando. Parece que voltamos no tempo uns 20 anos e estamos revivendo

---

<sup>6</sup> O Defezap é um serviço de denúncias de violência de Estado na região metropolitana do Rio de Janeiro. Através de um número de Whatsapp, qualquer pessoa pode enviar denúncias de violência ilegal cometida por agentes públicos em serviço. Além de orientações pessoais e encaminhamento aos órgãos responsáveis, as informações sobre compiladas em relatórios sobre a violência de Estado na cidade. Desde 18 de Janeiro de 2019, o atendimento ao público foi suspenso “até que haja recursos para manter o serviço da maneira adequada”. Disponível em: <https://www.defezap.org.br/>

momentos que não tínhamos força para lidar com o abuso de poder desses maus elementos”

A mensagem expressa percepções relacionadas ao aparente esgotamento do programa das Unidades de Polícia Pacificadora. Moradores da favela Santa Marta, que ficou mais de 6 anos sem tiroteios, passam a conviver com a vigilância de drones futuristas que dão suporte a tiroteios que poderiam remeter a momentos do passado.

### **3. Alerta Santa Marta – História e usos da iniciativa**

O acompanhamento das operações policiais através de mensagens trocadas por moradores entre grupos de Whatsapp evidencia assimetrias a partir de formas autônomas de monitoramento e (contra)vigilância. Preservadas as potencialidades e especificidades entre os equipamentos, é possível estabelecer paralelos entre usos de novas tecnologias de comunicação, como celulares por moradores da favela e drones pela Polícia Militar: enquanto imagens e informações são capturadas por sofisticados equipamentos voando sobre o território da favela, fluxos instantâneos de mensagens e fotografias são articulados através do uso de aplicativos nas mãos dos moradores.

Inaugurada em novembro de 2018, a iniciativa Alerta Santa Marta foi idealizada e concebida pelos irmãos Thiago e Tandy Firmino. Integrados desde jovens a ONGs e projetos sociais atuantes na favela Santa Marta, a trajetória pessoal destes moradores é entrelaçada com o histórico de formas de governo e políticas públicas na favela. Ressaltamos a possibilidade de observar as circunstâncias de criação do grupo a partir de exercícios de capital de rede (URRY, 2012): diferentes capacidades, interesses e interlocuções são articuladas sob a manifestação de formas de ação baseadas em capacidades de gerar, sustentar e instrumentalizar relações a partir do desenvolvimento de conectividades e contatos. No caso de Thiago Firmino, o capital de rede é determinado por contatos dentro e fora da favela, locais e supralocais (LEEDS; LEEDS, 1978), que o morador acumula em sua trajetória como empreendedor e guia de turismo, além do produtivo uso de novas tecnologias de comunicação.

O engajamento em formas de organização comunitária que culmina na inovadora criação do Alerta Santa Marta é desenvolvido principalmente a partir de possibilidades desdobradas após a instalação da UPP Santa Marta. Entre celebrações relativas ao suposto “direito de ir e vir” em favelas conquistado pela “pacificação” na cidade, Firmino se tornou um dos principais representantes de um fenômeno emblemático daquele período: o turismo em favelas. Deixando de lado debates éticos relativos a moralidades,

contradições ou oportunismos sobre esta prática econômica<sup>7</sup>, Thiago se destacou como um empreendedor que busca o sucesso profissional à medida em que conduz a atração de benefícios para a favela – como a articulação de projetos sociais, doações de diversos meios ou mesmo o direcionamento de parte de seu lucro para obras em creches. Trabalhando como guia de turismo de base comunitária, suas atividades diárias eram percorrer o território da favela dialogando entre moradores locais e agentes externos. Formas de capital de rede se desenvolvem nestes dois eixos de interação: de um lado, ao transitar diariamente pela favela conversando com diferentes moradores, Thiago estava sempre informado sobre acontecimentos, problemas e rumores relacionados a questões que se estendiam desde problemas e falhas em serviços públicos até denúncias sobre condutas policiais. Por outro lado, não eram apenas turistas que contratavam o guia para caminhar pela favela, mas também repórteres, jornalistas, artistas, celebridades, defensores públicos, produtores culturais, etc. Enquanto atuava como um intérprete da favela em diálogo com estes atores, Thiago estabelecia contatos que viriam a ser acionados em outras oportunidades.

A criação de uma Rádio Comunitária na favela, em 2011, também foi uma experiência determinante para o desenvolvimento do Alerta Santa Marta. Em meio às formas de controle determinadas pela presença constante da Polícia Militar no território da favela, a rádio funcionou como um dispositivo de expressão, informação e debate. Como relata Palloma Menezes (2015), a rádio reuniu uma grande quantidade de moradores em torno de uma programação que incluía o entretenimento musical, mas também programas informativos, jornalísticos, debates e transmissões ao vivo de eventos organizados no morro. Contudo, uma significativa ironia marca o desfecho da iniciativa: no dia 03 de maio de 2011, Dia Mundial da Liberdade de Imprensa, a rádio foi fechada pela Agência Nacional de Telecomunicações.

Com o encerramento das atividades da rádio, a presença do Estado foi percebida pelos moradores também a partir da possibilidade de controlar os fluxos de informação que circulam por determinado território. Alguns anos depois, ocorre uma nova tentativa de comunicação, já que a iniciativa de grupos de Whatsapp é articulada como um novo canal de debates e organização comunitária.

---

<sup>7</sup> Sobre as contraditórias dinâmicas relativas à extensão das fronteiras de mercado sobre as periferias urbanas a partir do empreendedorismo popular e do empresariamento e da financeirização dos circuitos da pobreza, ver Leite (2017); Sobre os debates éticos e morais sobre esta prática de turismo, ver Freire-Medeiros et al. (2016).

O grupo pode ser pensado como um dispositivo que facilita e amplia a possibilidade de realização de “processos de investigação” coletiva dentro da favela (DEWEY, 1938). É interessante notar que o grupo Alerta Santa Marta geralmente fica fechado pelo administrador (para evitar que informações dispersas sejam postadas ou que pessoas escrevam assuntos impróprios que fogem dos objetivos do grupo). No entanto, quando alguma situação indeterminada surge na favela, geralmente, o administrador é acionado por algum morador. Muito rapidamente, ele avisa no grupo o que está ocorrendo e abre o espaço para discussão e debate. Ou seja, os moradores passam a poder escrever livremente, enviar áudios e vídeos e, assim, inicia-se um processo de investigação coletiva com a problematização do que está ocorrendo, a apresentação de hipóteses e realização de testes, até que a situação se estabilize – e aí o administrador possa fechar o grupo novamente, encerrando o espaço para discussão. Os processos de investigação podem envolver situações muito diversas, como descreveu Thiago Firmino em entrevista concedida a nós em 2020:

“Criamos o grupo Alerta Santa Marta porque uma coisa é eu ficar sempre na linha de frente. Outra coisa é você ter um grupo, ter uma galera pra discutir. Na verdade, a criação do grupo sanou uma grande problemática comunitária da gente, que era a questão da comunicação, né?”

O contexto do grupo é os moradores poderem se ajudar de forma geral. Já achamos cachorro perdido; já achamos criança que se perdeu, já reunimos gente que não se via há mais de 50 anos. Já encontramos gente perdida do norte do país que achou a família aqui. Além disso, a gente consegue gravar as matérias para a mídia, e todo mundo mandando vídeo pelo Whatsapp mesmo. O vídeo já chegar, você já enviar para os jornalistas e a matéria já entrar no ar sem ninguém precisar sair de casa. Uma coisa revolucionária, sabe?  
(Thiago Firmino – Entrevista)

A fala do produtor da iniciativa evidencia como a criação do Alerta Santa Marta foi uma maneira de compartilhar informações e agir de maneira coletiva em relação a problemas na favela. Usos coletivizados do aplicativo Whatsapp se tornam importantes mecanismos de lutas por direitos não só nas favelas, mas numa escala global ao longo da última década. No caso do Santa Marta, especialmente, como observador-participante da iniciativa desde as primeiras mensagens trocadas nos grupos, em 2018, Apoena Mano sistematizou eixos temáticos baseados em usos e cursos de ação mais frequentes nos grupos: a) partilha de imagens, relatos e denúncias relacionadas a tiroteios e abusos policiais; b) reivindicações por serviços básicos, como a distribuição de água, eletricidade, etc.; c) organização de reuniões com representantes de serviços públicos, como a própria Polícia Militar; d) convocação de protestos e manifestações em vias públicas (MANO, 2020).

A utilização do grupo pelos moradores permite novas dinâmicas de engajamento político e social a partir de atualizações e mensagens instantâneas. Críticas ao comando da UPP foram estabelecidas a partir de um fluxo de informações onde moradores filmavam e gravavam condutas policiais irregulares, enviavam para o grupo de moradores, e estes registros eram enviados para canais da mídia para serem divulgados em noticiários de grande repercussão. Diversas operações policiais e tiroteios tinham ocorrido em um mesmo dia, demonstrando uma preocupante escalada da violência na favela. Moradores se comunicavam pelo grupo para compartilhar informações em torno da legibilidade para circular seguramente pela favela. Paralelamente, enquanto criticavam a “falta de resultados” das atividades da Associação de Moradores para fazer “cobranças” aos policiais da UPP, era repercutida pelos celulares a possibilidade de tentar formas de organização “no grupo mesmo”: uma demonstração pública da insatisfação dos moradores da favela Santa Marta com as ações dos policiais no local. Além disto, outras insatisfações relacionadas à infraestrutura e prestação de serviços públicos da favela também eram coletivizadas como motivação para uma manifestação. O moderador do grupo, concordava com os moradores e inflamava o debate repercutindo a necessidade contínua da população da favela “lutar por seus direitos”. Uma sequência de manifestações ocorreu até que foi assumido o compromisso do comando da UPP de realizar uma reunião com os moradores. Em uma sequência de acontecimentos, o engajamento dos moradores no grupo produziu manifestações que chegaram a uma surpreendente reunião com mais de 100 moradores pressionando a Polícia Militar:



Figura: Reunião da Polícia Militar/RJ com moradores da favela Santa Marta

A integração entre diversos moradores a partir do novo canal de diálogo permitiu a construção de argumentos e registros em um momento onde violentas operações policiais ocorriam de maneira incessante. A partir dos contatos estabelecidos previamente, Firmino detinha a possibilidade de usar seu celular para estabelecer contatos entre moradores da favela vítimas de violência policial e jornalistas responsáveis por veicular as denúncias em grandes canais de transmissão. Manifestações em vias públicas e denúncias em noticiários diários ocorreram até que o comando da UPP foi modificado, e Thiago dá créditos à alteração como uma conquista dos moradores:

“Hoje o morro está mais tranquilo por conta da problemática da violência por causa do grupo. Não é um trabalho só meu. É do grupo que a gente conseguiu mobilizar. Tá invadindo casa de morador? Filma. Mandaram vídeo de que o cara estava na laje de morador e a gente cobrou. Cobrou aquela mulher que ficava esculachando morador, que entrava na casa dos outros. Eu falei "grava escondido". Morador pegou celular, gravou escondido e a gente botou na televisão também”.

(Thiago Firmino – Entrevista)

É imprescindível deixar de citar que a participação em grupos comunitários de favelas e periferias também pode ser criminalizada. Entre as razões que justificam a repercutida prisão de DJ Rennan, organizador do popular baile funk “Baile da Gaiola” no Complexo da Penha, na Zona Norte da cidade. Conforme reportagem do jornal O Globo, uma testemunha afirmou que Rennan atuava "na área de vigilância" e destacou que sua participação dentro da organização criminosa consistia em "informar a movimentação dos policiais através de redes sociais e contatos no aplicativo 'Whatsapp'"<sup>8</sup>. De acordo com esse relato, o teor das informações eram frases como "o Caveirão está subindo pela Rua X" ou "a equipe [policial] está perto do ponto tal".

Como determinar se mensagens de celular configuram usos criminosos ou uma necessidade de vigilância para gestão dos riscos à própria integridade física em determinados territórios? Sob influência da notícia da prisão de Rennan, se tornou uma orientação frequente nos grupos do Alerta Santa Marta que os participantes sempre deletassem seus históricos de mensagens. O medo se amplificou à medida em que se multiplicaram rumores de moradores que sofreram agressões de policiais porque se recusaram a fornecer a senha de acesso ao conteúdo do celular. Estes relatos não se resumem à favela Santa Marta.

---

<sup>8</sup> Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/justica-manda-prender-dj-rennan-da-penha-idealizador-do-baile-da-gaiola-por-associacao-para- trafico-23544737>

Em sua pesquisa relacionada às dinâmicas de comunicação no Complexo do Alemão, a pesquisadora Patrícia Lânes Souza relata experiências acumuladas em torno do Coletivo Papo Reto. Apesar de diferenças em relação ao uso dos celulares, a experiência dos participantes também vinha sendo atravessada por ameaças, agressões e criminalização: os moradores que eram responsáveis pela condução das atividades de monitoramento e denúncia de violações de direitos por parte da Polícia Militar eram continuamente acusados de conivência com o tráfico de drogas – tanto presencialmente quanto por redes sociais e até mesmo comentários em matérias jornalísticas sobre o grupo (SOUZA, 2017, p. 248).

Entre seus diversificados usos, gostaríamos de destacar neste trabalho a pertinência heurística do Alerta Santa Marta ao redor de três dimensões complementares: a) um acompanhamento da rotina ordinária, a partir da partilha de informações para mapeamento da vida cotidiana; b) o desenvolvimento de formas de resistência, servindo como um instrumento de contra-vigilância e gestão de riscos durante o confinamento proporcionado por confrontos armados; c) um estatuto político, servindo como um mecanismo de formação política e ações de cobrança de serviços do Estado. Sobre este terceiro aspecto, destacamos o estabelecimento de novas possibilidades de representatividade, participação e luta por direitos. A população da favela passa a acessar contatos com representantes de companhias públicas (como Light, CEDAE ou CEG) e a veicular denúncias e cobranças a partir de vídeos no RJTV. Isso determina uma nova possibilidade de agência ao invés do dependimento das capacidades de negociação através do “controle negociado” sobre as Associações de Moradores (MACHADO DA SILVA, 2011).

#### **4. Monitoramento da violência**

E de que maneira reagem os moradores das favelas à esta guerra no céu? A sensibilidade relativa a elementos como volume, intensidade e sensações relativos à “atmosfera de segurança” verticalmente militarizada torna-se um marco sensitivo adicional em torno dos códigos tácitos, elementos visuais e sonoros e jogos de presenças e ausências em “temporalidades antecipatórias” sobre possibilidades de tiroteios e riscos à integridade física – uma “leitura do clima” (CAVALCANTI, 2008, p. 45). O som do patrulhamento aéreo de hélices motorizadas ou zumbidos de drones são elementos adicionais a serem percebidos e compartilhados como formas de leitura do ambiente e antecipar acontecimentos perigosos.

Numa contemporaneidade onde o espaço social das cidades vem sendo atravessado por diversificados mecanismos e ideias norteados por um urbanismo militarizado (GRAHAM, 2016), até mesmo as dimensões verticalizadas do espaço urbano passam a ser vigiadas e “pacificadas” por aparatos aéreos - em uma constelação de instituições, materialidades, pessoas e técnicas que concebem inevitáveis, abrangentes e imersivas “atmosferas de segurança” (ADEY, 2014). Para tanto, uma perspectiva analítica volumétrica é necessária para abordar as maneiras pelas quais extensões horizontais e verticais, imaginários, materialidades e práticas vividas se cruzam e se constroem mutuamente (GRAHAM; HEWITT, 2013). Nesta delimitação, entender um dispositivo de segurança através de atmosferas afetivas como concepção analítica é atentar às múltiplas, expressivas e envolventes espacialidades e sensações que são produzidas nos sujeitos a partir de um discernimento de território mais abrangente e, literalmente, mais profundo. Deste modo, em maneiras de descrever a morfologia, o volume, ou a “qualidade” de um dispositivo de segurança, pode-se dizer que as próprias atmosferas estão se tornando objetos de segurança, ao passo em que a própria segurança se tornou atmosférica.

Em outras palavras, considerando efeitos de uma obsessão securitária condicionada por uma economia política sobre uma verticalidade que não é politicamente neutra, a partir do momento em que o espaço aéreo é concebido como uma extensão do território em disputa, o céu da favela também se torna uma condicionante adicional às estratégias de legibilidade, proteção e sobrevivência para os sujeitos que rotineiramente são confundidos com alvos. O desenvolvimento dessa capacidade de leitura e interpretação de significados a partir do que está sobrevoando o céu pode ser observado pelo relato de um morador da Cidade de Deus em 2019:

Agora eles usam vários tipos de coisa. A polícia bota o drone muitas das vezes quando é dia de baile. Muitas vezes no final de baile de manhã tem drone. À noite dá para ver melhor que drone está voando porque ele pisca. (...) Eu não me escondo porque não devo nada. Mas povo se esconde quando vê o drone. (...) Tem também o helicóptero azulzinho, que a gente chama de X9, que também fica voando, filmando lá os moleques. (...) O águia passa lá só quando tem trocas de tiros. Passa lá dando uns rasantes sinistros. Dá até medo. O águia é da PM. Do Bope é o caveirão voador. Até o barulho dele é diferente. Geral tem medo dele. Aquele aqui quando passa tem *sniper* ficam ali só apontando. Quando tem operação, o Bope que vem. E eles entram metendo bala (...). Os caras (do tráfico) revidam no baixo, no alto não. Revida e vai embora (MENEZES, no prelo).

Em certa ocasião, os participantes do Santa Marta Alerta divertiram-se em um momento provocado por sua capacidade de acompanhamento do espaço aéreo da favela.

Um drone da polícia estava percorrendo o céu em movimentos ágeis quando, possivelmente por uma falha em sua condução remota, ele foi em encontro a algumas árvores e caiu. Neste momento, possivelmente os policiais estavam recebendo em seus rádios informações sobre a desativação desta fonte de informações e mapeamento. Enquanto isso, um participante do grupo enviou uma mensagem dizendo que “o drone da polícia caiu na mata, aqui bem perto da minha casa”. Enquanto algumas pessoas não acreditavam no que parecia ser uma brincadeira, outros participantes confirmavam a mesma informação. Todos divertiam-se compartilhando relatos acompanhando a locomoção da polícia enquanto procurava o equipamento. *De forma mais clara, o drone que era utilizado para monitorar a movimentação das pessoas na favela estava sendo contravigiado pelos moradores a partir de outras formas de comunicação.* Entretanto, são raras as situações onde observar o céu durante operações policiais pode provocar alguma forma de descontração.

Em geral, medo e ameaça são sensações promovida pela constante vigilância de movimentos e trânsitos de circulação cotidiana. Usos do Alerta Santa Marta permitem a manifestação de formas assimétricas de contravigilância: mapeamentos e denúncias por mensagens compartilhadas via aplicativos em celulares - como um registro onde policiais invadiram sem autorização uma residência para se posicionar estrategicamente na laje:

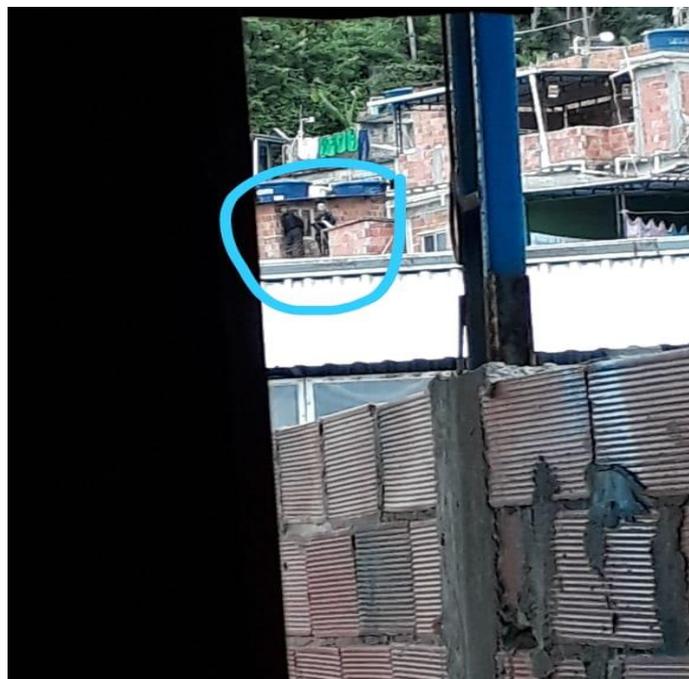


Figura: Fotografia de policiais posicionados na laje de um morador durante uma operação. Fonte: Santa Marta Alerta

A composição da atmosfera de (in)segurança em torno do território das favelas cariocas é regida por políticas, práticas, discursos e representações que historicamente constituem a criminalização e a desumanização de seus moradores. Deste modo, as linhas, curvas e fios constituintes das determinações do Estado para circulação aérea de drones por territórios periféricos, e também as reações provocadas nestas populações, podem ser tomadas analiticamente pelo caráter de (i)legibilidade em termos das constantes reconfigurações de documentos, regulações, leis e práticas às margens do capital (DAS; POOLE, 2004).

Apelidados provocativamente pelos moradores como “mosquitinhos” pelo zunido de suas hélices, ainda que não estejam efetivamente armados, ao sobrevoarem o território da favela direcionados por objetivos de leitura do espaço, mapeamento do território ou registro de imagens, os drones produzem uma atmosfera de ameaças, incerteza, insegurança e medo pela possibilidade de uma iminente operação policial. Como vimos anteriormente, se “enganos” promovem fatalidades a sujeitos segurando guarda-chuvas, a ação humana regida por determinados direcionamentos na programação de objetivos de drones ou outros dispositivos aéreos pode reduzir pessoas a alvos a serem monitorados, vigiados ou exterminados.

Para além de modelagens disciplinatórias em espaços fechados, os modos de viver, pensar e agir de determinados sujeitos passam a ser presididos também por modulações em formas de controle que se dão de maneira mais rarefeita e virtual (DELEUZE, 1992). Em um estado de constante atenção, temporalidades antecipatórias e reconfigurações de cálculos sobre suas locomoções cotidianas, os moradores que participam do grupo explicitam um cuidado adicional à necessidade de alimentar informações no grupo como uma forma de mapear as ameaças e riscos na favela. Quando estão saindo para o trabalho, para levar e buscar crianças na escola ou para outros tipos de atividade, há um consenso coletivo em torno de uma expressão comumente repetida no grupo: “foco na informação pra ajudar geral”. Através de fotos, imagens e áudios, os moradores seguem os passos dos policiais e produzem material de denúncia relacionado à invasão de casas, roubo de pertences e agressões pessoais: “O que acontecer, tenta gravar, tenta filmar. Se entrar na sua casa, grita no grupo. Vamos fechar o cerco. (...) Espero que essa força contagie o restante das pessoas”.

Como todos sabem que estão vivendo em uma espécie de “campo minado”<sup>9</sup> e que boa parte dos fluxos de circulação de corpos e informações pela favela são monitorados, os moradores sempre tentam tomar cuidado e se antecipar para evitar qualquer problema. Um exemplo disso foi que, recentemente, antes de tirar algumas fotos aéreas da favela usando um drone, o administrador do Alerta Santa Marta resolveu enviar um áudio no grupo avisando para moradores o que ocorreria. Assim que as fotos foram tiradas, ele mandou uma nova mensagem avisando que drone já não estava mais no ar e que tinha feito questão de avisá-los sobre o vôo para que ninguém ficasse assustado com a presença do dispositivo rondando a favela:

[OUT/20 – 15:22]: E aí meu povo? Já acabamos de tirar foto ali das escadas coloridas. Foi a gente da comunidade aqui mesmo que fotografou, ok? Foram 5 minutos. Fotografamos ali com o drone no pé da escada. O drone já chegou e já está até guardado. Beleza? Só para a galera não ficar assustada aí. Estamos juntos! Boa sexta-feira para todo mundo.

### **Considerações Finais**

Ao longo da última década, políticas de segurança pública fluminense normatizaram o uso de helicópteros águia em operações policiais. Popularizados por moradores de periferias como “*caveirões voadores*”, se tornou recorrente assistir imagens destes helicópteros em um tipo de patrulhamento aéreo: voando baixo, passando bem próximo às lajes das casas e, eventualmente, realizando disparos em direção a áreas residenciais em busca de “suspeitos”. Em discursos de militarização e segurança pública, o helicóptero simboliza uma necessidade de conhecimento situacional do campo de batalha, onde a vigilância torna-se um princípio organizador da aquisição de equipamentos modernos e inovadores para o “combate à desordem” (ADEY, 2010, p. 54). A ameaça institucional do governador afastado Wilson Witzel em adquirir em Israel “drones que atiram”<sup>10</sup> foi uma demonstração de que tecnologias militarizadas de vigilância aérea são intensificadas pela presença até mesmo em um paradoxal “ar livre”.

No início de 2019, participantes de movimentos sociais e grupos de direitos humanos se posicionam em contrariedade à intensificação de disparos efetuados do alto

---

<sup>9</sup> Menezes (2015) chama de regime de “campo minado” a dinâmica, mais psicológica e interiorizada, de evitações, cálculos e cuidados cujo objetivo final é evitar ser visto em situação comprometedoras – por exemplo, ser considerado como pelos policiais como alguém que “apoia bandidos” ou ser considerado pelos jovens envolvidos com comércio varejista de drogas como alguém que apoia a polícia. O esforço da maior parte dos moradores consiste em antecipar e evitar movimentos, contatos e situações que possam sugerir que eles “fecham” com a polícia ou com o tráfico (ou seja, apoiam um dos lados).

<sup>10</sup> Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/em-busca-de-drones-que-atiram-witzel-embarca-para-israel-na-segunda-23267138>

– pelo abuso de autoridade e da reconhecida imprecisão que ocasiona pânico pelos riscos de danos e fatalidades<sup>11</sup>. Distanciamentos sociopolíticos e mecanismos de desumanização são intensificados pela conversão renderizada de complexidades de espaços urbanos e suas sociabilidades para imagens digitais verticalizadas (GRAHAM; HEWITT, 2013). Através de técnicas de repressão entre dimensões horizontais e verticais, seja por veículos blindados, helicópteros ou drones, torna-se explícita a instauração de uma lógica de confinamento e controle de determinados corpos e vidas sem que seja necessária a existência de muros.

Demonstrando contrariedades ao argumento de que políticas são constituídas para “dar a vida” a populações em alinhamento à produção de valor e reprodução do capital, Achille Mbembe desenha o contra-argumento de que o Estado também exerce poder ao “promover a morte” quando distribui de forma não-igualitária os direitos de sobrevivência – necropolítica direcionada sobre corpos, territórios e formas de vida racializados (MBEMBE, 2016). Assim, a morte é tomada como objeto de governos que se apropriam de regimentos sobre como populações devem viver, produzir e se portar; e também para tomada de decisão sobre quem deve morrer, de quais formas e o que é feito posteriormente sobre estas mortes.

A crescente utilização de drones militarizados traz consigo uma gama de preocupações éticas e políticas em relação à naturalização desta forma de uso e os efeitos produzidos sobre as populações afetadas. É fundamental posicionar esta utilização em um contexto onde novíssimas tecnologias digitais estão mesclando mobilidades físicas, comunicativas e virtuais de maneiras não previstas anteriormente e, simultaneamente, os avanços em inteligência artificial, robótica e automação estão cada vez mais conectados em redes móveis e globais (ELLIOTT, 2018). Assim como esta representação de guerra é acionada a partir do momento em que grupos associados ao crime se apropriam de tecnologias para monitoramento aéreo que vinham sendo utilizadas exclusivamente por instituições vinculadas à segurança pública, a contravigilância a partir de aplicativos em torno de uma necessidade de sobrevivência é criminalizada por tratar de grupos afetados por uma condição politicamente construída de precariedade. O posicionamento de moradores de favela em um tipo de alinhamento naturalizado ao lado oposto desta guerra converte em inimigos os sujeitos mais interessados em buscar instrumentos para evitar a proximidade com confrontos.

---

<sup>11</sup> Disponível em: <https://rioonwatch.org.br/?p=39586>

## Referências Bibliográficas:

- ADEY, P. Vertical security in the megacity: legibility, mobility and aerial politics. **Theory, Culture & Society**, v. 27, n. 6, p. 51–67, 2010.
- ADEY, P. Security atmospheres or the crystallisation of worlds. **Environment and Planning D: Society and Space**, v. 32, n. 5, p. 834–851, 2014.
- CAVALCANTI, M. Tiroteios, legibilidade e espaço urbano: notas etnográficas de uma favela carioca. **Dilemas-Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, v. 1, n. 1, p. 35–59, 2008.
- DAS, V.; POOLE, D. **Anthropology in the Margins of the State**. [s.l.] Oxford: James Currey, 2004.
- DELEUZE, G. Post-Scriptum: sobre as sociedades de controle in **Conversações. Rio de Janeiro: Trinta e Quatro**, p. 226, 1992.
- DEWEY, J. **Logic: the theory of inquiry**. [s.l.] New York: Henry Holt, 1938.
- EILBAUM, L.; CHAGAS, G. F.; MEDEIROS, F. Apresentação: Por uma abordagem etnográfica dos “direitos humanos”: conflitos, moralidades e direitos. **Antropolítica-Revista Contemporanea de Antropologia**, n. 47, 2019.
- ELLIOTT, A. Automated mobilities: From weaponized drones to killer bots. **Journal of Sociology**, v. 55, n. 1, p. 20–36, 2018.
- FREIRE-MEDEIROS, B.; VILAROUCA, M.; MENEZES, P. A pobreza turística no mercado de pacificação: reflexões a partir da experiência da Favela Santa Marta. **Caderno CRH**, v. 29, n. 78, 2016.
- GRAHAM, S. **Cidades sitiadas: o novo urbanismo militar**. [s.l.] Boitempo Editorial, 2016.
- GRAHAM, S.; HEWITT, L. Getting off the ground: On the politics of urban verticality. **Progress in Human Geography**, v. 37, n. 1, p. 72–92, 2013.
- LEEDS, A.; LEEDS, E. **A sociologia do Brasil urbano**. [s.l.] Zahar Editores, 1978.
- LEITE, M. P. State, market and administration of territories in the city of Rio de Janeiro. **Vibrant: Virtual Brazilian Anthropology**, v. 14, n. 3, 2017.
- MACHADO DA SILVA, L. A. A política na favela. **Dilemas-Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, v. 4, n. 4, p. 699–716, 1967 2011.
- MANO, A. D. **Dispositivos de Mobilidade: Estética, precariedade e legibilidade no marco de dez anos da “favela modelo”**Dissertação apresentada ao PPCIS/UERJ, , 2020.
- MBEMBE, A. Necropolítica. **Revista do PPGAV/EBA/UFRJ**, n. n. 32, 2016.

MENEZES, P. V. **POSFÁCIO - Entre o “fogo cruzado” e o “campo minado”: uma etnografia do processo de “pacificação” de favelas cariocas.** Editora UFRJ ed. [s.l: s.n.].

MENEZES, P. V. **Entre o " fogo cruzado" eo" campo minado": uma etnografia do processo de" pacificação de favelas cariocas.** [s.l.] Uitgever niet vastgesteld, 2015.

MENEZES, P. V. Monitorar, negociar e confrontar: as (re) definições na gestão dos ilegalismos em favelas “pacificadas”. **Tempo Social**, v. 30, n. 3, p. 191–216, 2018.

ROCHA, L. DE M. Democracia e militarização no Rio de Janeiro: “pacificação”, intervenção e seus efeitos no espaço público. **Militarização no Rio de Janeiro: da “pacificação” à intervenção.** Rio de Janeiro: Mórula, p. 223–239, 2018.

SOUZA, P. L. A. **Entre becos e ONGs: Etnografia sobre engajamento militante, favela e juventude** Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia, da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial à obtenção do grau de Doutora em Antropologia., , 2017.

URRY, J. Social networks, mobile lives and social inequalities. **Journal of transport geography**, v. 21, p. 24–30, 2012.